

**INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – IPADES**

ACESSO ABERTO À PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA

Francisco Benedito da Costa Barbosa

Sócio Presidente – IPADES

Assim como o Mercantilismo (1450-1750) e a Revolução Industrial, a partir da segunda metade do século XVIII, impulsionaram a economia mundial. No século XXI é a vez do conhecimento e seu acesso que continuará a dar essa impulsão. Desse modo, o acesso ao conhecimento torna-se condição imperiosa para promover não apenas o crescimento econômico, mas o desenvolvimento.

O conhecimento científico divulgado através de artigos, *papers*, dissertações e teses circulam em renomadas revistas, estas por sua vez são propriedades de grandes editoras. *“A publicação científica continuará por muito tempo nas mãos de grandes editoras, mas elas vão gradativamente procurar uma fórmula híbrida de publicação, pois já perceberam que a questão do acesso aberto é irreversível”*. É a opinião de Sely Maria de Souza Costa, professora da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília (UnB).

O caminho, embora irreversível, é tortuoso, mas as tentativas de persegui-lo se multiplicam e já apresentam resultados promissores. O Brasil está presente nesse processo. Criada em 1997, a biblioteca eletrônica SciELO já reúne uma coleção de mais de 200 publicações brasileiras de acesso aberto de todos os campos do conhecimento, cujos artigos podem ser baixados da internet de forma livre e gratuita.

A SciELO antecedeu em seis anos o movimento do Acesso Aberto ser deflagrado. Ela é um programa especial da FAPESP lançado para aumentar a visibilidade de publicações científicas brasileiras que, até o século passado, estavam escassamente indexadas em bases de dados internacionais.

Outra iniciativa brasileira foi a criação, em 2013, do Repositório da Produção Científica do Conselho de Reitores das Universidades Paulistas, o Cruesp (www.cruesp.sibi.usp.br), que já conta com mais de 400 mil registros de artigos, teses e dissertações e outros trabalhos científicos, sendo que a Universidade de São Paulo (USP) tem 48,68% do acervo, a Universidade de Campinas (Unicamp) tem 28,96% e a Universidade Paulista (Unesp) tem 22,35%.

Esse repositório pode ser acessado por meio de uma ferramenta de busca comum, é o que afirma Maria Crestana, coordenadora do Sistema Integrado de Bibliotecas (Sibi) da USP. O repositório foi criado por iniciativa e com apoio da FAPESP, que instituiu uma política de publicações de resultados de pesquisas científicas financiadas com recursos públicos em acesso aberto. Os registros disponíveis atualmente compreendem, principalmente, as teses, dissertações e artigos científicos publicados nos últimos dez anos, quando as universidades começaram a oferecer esse tipo de produção em forma digital.

A União Europeia lançou no início dos anos 2000 um movimento com o objetivo de franquear o acesso aberto à produção científica. Recentemente tomou a decisão de disponibilizar, a partir de 2020 de forma livre e gratuita todos, os *papers* produzidos em seus estados-membros. Estima-se que apenas um em quatro novos artigos seja publicado atualmente nesse regime – os demais, no momento em que são divulgados, só podem ser acessados por assinantes ou por usuários que aceitem pagar pelo *download*. No entanto, as apostas em torno do modelo de acesso aberto que irá ganhar mais impulso estão divididas.

A experiência do Reino Unido, que começou a adotar em 2014 uma estratégia desse tipo envolvendo a pesquisa produzida em 107 instituições ligadas aos seus Conselhos de Pesquisa (RCUK, em inglês), deu força à chamada via dourada (*golden road*), na qual as próprias revistas científicas garantem o acesso livre ao conteúdo que publicam, cobram mais caro do autor, isentando o usuário de pagar pelo download. Embora haja consenso sobre os benefícios do acesso aberto no Reino Unido, os desafios financeiros persistem, é o que afirma Adam Tickell, vice-reitor da Universidade de Birmingham.

Na Espanha, desde 2009, 11 de suas principais universidades exigem que a produção científica de seus pesquisadores seja divulgada em acesso aberto, a chamada via verde (*green road*). Trata-se de um modelo no qual cada pesquisador arquiva no banco de dados de sua instituição uma cópia de seus trabalhos científicos publicados em periódicos, que ficam disponíveis ao público. Muitas editoras aceitam

esse procedimento após um período de embargo, em geral de seis meses pelo menos. Outras cobram um valor extra para liberar o embargo.

O debate sobre as tendências está em aberto. Tanto a via dourada quanto a verde são aceitáveis, no entanto, o acesso aberto tem tido dificuldade de avançar com mais velocidade porque duas forças atuam como um contrapeso, esta é a visão da professora Sely Maria de Souza Costa. *“Uma delas são as editoras, que cobram caro para publicar bons artigos científicos. Elas têm se curvado a pressões, mas vêm conseguindo seus negócios. A outra é uma ampla parcela dos autores, que ainda preferem publicar nas revistas de maior impacto e não se importam se o artigo terá acesso restrito. Eles buscam o prestígio das revistas, embora o prestígio pertença a eles próprios. Revistas não produzem conhecimento, apenas o comercializam”*.

O acesso aberto para ter êxito necessita contar com apoio dos autores. Cite-se o exemplo ocorrido nos Estados Unidos. A editora Elsevier, que é a maior editora de literatura médica e científica do mundo, foi alvo em 2012, de uma campanha contrária à sua posição de apoio a um projeto do Senado norte-americano que buscava reverter a política criada pelos Institutos Nacionais de Saúde (NIH, em inglês), segundo a qual toda pesquisa apoiada por essas instituições passaram a ser oferecida em acesso aberto. Cientistas de prestígio, entre eles três matemáticos ganhadores da Medalha Fields, convocaram um boicote à editora, que acabou recuando do apoio ao projeto.

Outra dificuldade em criar um modelo prevalente é que cada campo disciplinar tem uma demanda peculiar envolvendo a publicação do conhecimento. *“O modelo da Física provavelmente não é aplicável à Filosofia. Há questões culturais relacionadas ao ethos de cada disciplina que deveriam ser lavados em conta”*, afirma Sely. O conhecimento em Física, ela observa, é compartilhado em repositórios de acesso aberto como o ArXiv desde os anos 1990 e rapidamente discutido por pesquisadores de vários países. *“A geração do conhecimento em Física é de interesse universal e precisa circular rapidamente discutido por pesquisadores de vários países. Já em Filosofia e em outras áreas das ciências humanas e sociais a construção do conhecimento é mais lenta e com frequência gera interesse mais regional do que universal. A demanda nesse caso é disponibilizar o conhecimento no repositório de uma instituição”*, afirma a professora.

Essa mesma condição das Ciências Humanas e Sociais ocorre com as Ciências Agrárias. Só que nas Ciências Agrárias o campo de aplicação é bem mais amplo do que suas congêneres aqui citadas, visto que a agricultura se propaga no

mundo em duas grandes latitudes: entre os trópicos e além dos trópicos. Em outras palavras: agricultura de clima quente e de clima temperado.

Como o acesso aberto é irreversível pela própria dinâmica do desenvolvimento a partir do século XXI, pautado no conhecimento, as editoras começam a procurar um *modus operandi* nessa nova conjuntura. A editora Elsevier anunciou a compra do Social Science Research Network (SSRN), repositório de acesso aberto no qual mais de 300 mil pesquisadores de Ciências Sociais e Humanidades já divulgaram artigos e trabalhos ainda não publicados em revistas ou livros, os *preprints*. Criado em 1994, o SSRN não cobra nada dos autores que depositam seus trabalhos nem dos leitores que fazem download. As receitas vêm de universidades que utilizam a rede para divulgar sua produção científica.

A Elsevier, também comprou em 2013, o Mendeley, rede social popular nos meios acadêmicos por meio da qual é possível saber que artigos estão sendo mais acessados por pesquisadores de uma determinada área, ou também o que certo pesquisador está lendo e recomendando aos colegas.

No entanto, a dificuldade de prever o futuro no mercado das editoras científicas deriva de um impasse bastante conhecido em outros segmentos do mercado da comunicação: não se encontrou uma fórmula alternativa de financiamento capaz de compensar a perda de receita com a oferta de informação gratuita na internet.

Um caminho, afirma Jézio Hermani Bonfim Gutierre, presidente da Fundação Editora da Unesp, e professor da Faculdade de Filosofia e Ciências, *campus* de Marília. “A Editora Unesp lançou, nos últimos anos, mais de 300 livros de pesquisadores da universidade exclusivamente em formato de e-book, que renderam mais de 12 milhões de downloads. O digital merece ganhar importância no portfólio de editoras universitárias, mas resta o desafio de ampliar as fontes de recursos”.

Entre as discursões e as dificuldades ainda encontradas para o acesso aberto às publicações científicas, um aspecto não merece dúvida: pesquisa financiada com recursos públicos tem que ser disponibilizada para a sociedade, que já pagou por ela, e merece conhecer e poder transformar o conhecimento em desenvolvimento.